



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Dezembro de 2016 - R\$ 4,00

Avança a decomposição do capitalismo mundial

TAREFA DO PROLETARIADO E DE SUA VANGUARDA

- Construir os partidos marxista-leninista-trotskistas**
- Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista – a IV Internacional**

Viva o internacionalismo proletário!

**Eleição do
fascista Donald
Trump**

**Guerra civil
internacionalizada
desintegra a Síria**

**Golpe de Estado
no Brasil
aprofunda a crise**

**Impasse na Itália expressa as gigantescas
contradições da União Europeia**

Apresentação

Este Boletim, nº 22, é publicado após a realização do IV Congresso do Comitê de Enlace. As resoluções aprovadas estão editadas no Boletim 21. Fazemos tal referência porque os artigos deste número expressam imediatamente a linha geral do IV Congresso e a concretizam. É necessário assinalar, compreender e responder por meio da política revolucionária à desintegração mundial do capitalismo, às bárbaras consequências, ao recrudescimento da opressão imperialista e aos brutais choques entre os explorados e exploradores.

Os artigos sobre a expulsão da Venezuela do Mercosul e a crise política na Itália não estavam previstos. Fomos obrigados a incorporá-los uma vez que refletem os profundos conflitos interburgueses, que se desenvolvem em ritmo acelerado em dois continentes tão distintos, como o latino-americano e o europeu. Notamos também que agravou ainda mais a guerra civil internacionalizada na Síria.

A dilaceração do país retrata, sem atenuantes, a magnitude da intervenção das potências e a que ponto se pode chegar no pisoteamento da autodeterminação da nação oprimida. O mais recente atentado terrorista na Turquia, por sua vez, evidencia a tremenda dificuldade do governo em controlar as disputas interburguesas, que não faz muito resultou em um fracassado golpe de Estado, em sufocar as lutas de nacionalidades e conter a gigantesca pressão da imigração. A guerra do imperialismo contra a jihad islâmica, em particular contra o Estado Islâmico, assumiu ultimamente a característica de massacre, que nos faz lembrar a forma de limpeza étnica.

O protagonismo da Rússia corresponde, certamente, à necessidade de barrar a ofensiva dos Estados Unidos e às pressões das potências europeias que encarnam a profunda contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais, que, conseqüentemente, refletem o choque entre as forças produtivas e as relações de produção. Na base dos inúmeros conflitos nacionais e de classes, portanto, se encontram as leis de desenvolvimento e decomposição do capitalismo mundial.

É necessário ressaltar a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos. Ainda não é possível um prognóstico com um certo grau de precisão, mas, sem dú-


vida, implicará novas manobras do imperialismo voltadas a sacrificar ainda mais as nações e povos oprimidos. É inevitável que a política norte-americana se volte mais duramente contra a China, exigindo que a burocracia do Partido Comunista acelere e avance o processo de restauração capitalista, colocando-o mais diretamente sob a influência do imperialismo.

O proletariado está diante de um problema de magnitude histórica. Despontam tendências fascistas, que se alimentam das camadas mais desesperadas da classe média. Na Europa Ocidental, já assombra a presença mais ostensiva de organizações chauvinistas. O fenômeno Trump guarda relação com velhas doutrinas raciais e discriminadoras, que serviram para ocultar a decomposição do capitalismo, mascarar o caráter parasitário da burguesia e golpear pela força o proletariado e sua vanguarda revolucionária.

É preciso muita atenção diante do golpe institucional no Brasil e a eleição do governo direitista na Argentina. O fracasso de governos nacional-reformistas e a sua impotência política vêm dando lugar ao predomínio das frações burguesas francamente pró-imperialistas. A reincorporação de Cuba na órbita norte-americana e a capitulação das Farc não fazem senão evidenciar o avanço da contrarrevolução nas condições de agravamento da crise econômico-social e de tendência à polarização entre os explorados e exploradores. Está claro que, na Venezuela, o nacionalismo chauvinista se esgotou, deu lugar a uma ofensiva da direita pró-imperialista e se tornou um ponto sensível da crise latino-americana.

É nessa situação extremamente difícil que o Comitê de Enlace vê melhores condições para a vanguarda revolucionária se colocar plenamente diante da tarefa de superar a crise de direção. O proletariado e a maioria oprimida instintivamente se dirigem a levantar suas reivindicações e a combater com seus métodos próprios de luta. É encarnando as necessidades mais elementares dos explorados e vinculando-as à luta pela estratégia própria de poder, pelo governo operário e camponês, pela ditadura do proletariado, que ergueremos os partidos marxista-leninista-trotskistas.

que ergueremos os partidos marxista-leninista-trotskistas. O Comitê de Enlace procura concentrar suas forças nesse objetivo. O seu Boletim Internacional é uma de suas armas.



**Boletim do
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - Dezembro de 2016 - R\$ 4,00

REALIZADO O IV CONGRESSO DO CERQUI

O 4º Congresso do Comitê de Enlace se constitui em instrumento do proletariado, do campesinato, da juventude oprimida e da vanguarda para a construção dos partidos revolucionários, sobre a base do programa da revolução e ditadura proletárias. É um passo no caminho da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Viva o internacionalismo proletário!

<p>Agravam-se a crise capitalista e a luta de classes mundiais</p> <p><small>A resolução analisa a imperiosa ofensiva das potências e, em particular, dos Estados Unidos sobre os países semicolônias. Já se observa em vários pontos da cadeia mundial a rebelião de nações e povos oprimidos contra o saque imperialista. O intervencionismo dos Estados Unidos e aliados põe às claras as tendências bélicas do capitalismo em decomposição.</small></p>	<p>Resolução sobre a crise europeia</p> <p><small>O fracasso da União Europeia não mostrará sua face por inteiro de um dia para outro, mas irá revelá-la nos choques entre as classes e entre os Estados nacionais. Trata-se de constituir o partido marxista-leninista-trotskista sob o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.</small></p>	<p>Resolução sobre a crise na América Latina</p> <p><small>A derrocada do imperialismo passa pela derrocada da burguesia latino-americana a ele associada e subordinada. O proletariado em sua luta e sob a direção do partido revolucionário pela conquista do poder tem de se aliar ao campesinato e constituir uma frente única anti-imperialista, que conforma a unidade da nação oprimida em torno do programa revolucionário.</small></p>
--	--	--

É encarnando as necessidades mais elementares dos explorados e vinculando-as à luta pela estratégia própria de poder, pelo governo operário e camponês, pela ditadura do proletariado, que ergueremos os partidos marxista-leninista-trotskistas.

Brasil

A estratégia revolucionária diante da crise política

A derrubada do governo petista por meio do impeachment não resolveu a crise política, como a agravou. A explicação se deve a que a recessão persiste e a previsão de retomada do crescimento econômico é sombria. Os explorados não veem perspectiva de contenção das demissões em massa e da retomada dos empregos. Aumenta a exasperação da classe média diante da depressão social. Os capitalistas contiveram os investimentos. O Estado corta gastos em praticamente todas as áreas da economia e da vida social. Não há como alimentar a ilusão de que o comércio mundial volte a se elevar. As notícias são que a Europa Ocidental não consegue reativar sua economia, padece da superprodução mundial. Há sinais de possíveis quebras no sistema financeiro, o que têm a ver com o elevado nível de endividamento dos Estados, bem como empresas, e o fracasso de suas políticas especulativas. Nada indica que o Japão terá um arranque econômico. E o horizonte da sustentabilidade da China continua nebuloso. Há uma apreensão generalizada sobre até onde o governo de Donald Trump reforçará as tendências protecionistas e o agravamento do choque entre as forças produtivas mundiais e as fronteiras nacionais.

O Brasil atravessou quase uma década de euforia, que correspondeu ao impulso da economia mundial. Sob o governo do PT, o Estado retomou sua posição histórica de carro-chefe do desenvolvimento das forças produtivas. Foi assim com o nacionalismo de Getúlio Vargas e com o nacionalismo militar do general Ernesto Geisel. O governo Lula se destacou pelas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e apoio a poderosos grupos nacionais, uma espécie de engenharia do nacional-desenvolvimentismo. Despencou como castelo de cartas, assim que eclodiu a crise nos Estados Unidos, em 2008. Restaram a elevada dívida pública e a carga gigantesca de juros, que impulsionaram a crise de governabilidade e prepararam as condições para o golpe de Estado por meio do impeachment.

Embora o governo do PT não tenha atentado contra os interesses do imperialismo, pelo contrário, ao mesmo tempo com que subsidiava o capital nacional, fazia o mesmo com as multinacionais, foi combatido pela fração francamente pró-imperialista como sendo protecionista, estatista e responsável pela ganância acima da capacidade do País. A derrubada de Dilma Rousseff no primeiro ano de seu segundo mandato resultou da ruptura da aliança governamental e da constituição de uma nova aliança das forças burguesa no interior do Estado. O PMDB viabilizou o golpe rompendo com o PT, uniu-se à oposição liderada pelo PSDB e assim assumiu o comando do Estado. O governo de Michel Temer e a nova aliança, no entanto, se batem por debelar a crise política que ganha novas dimensões.

Não seria possível o impeachment sem os escândalos de corrupção – no epicentro estão a semi estatal Petrobrás e as mais poderosas empreiteiras – e o poderio alcançado pelos procuradores, juízes e policiais responsáveis pela Operação Lava Jato. A cam-

panha em torno da moral e da ética mobilizou a classe média e pavimentou as bases sociais do impeachment. Poderia ter se estancado na caça ao PT, se não fossem a marcha contínua da crise e o anúncio de uma diretriz econômica recessiva e de ataque aberto à vida das massas.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) congela por vinte anos os gastos públicos, impõe um rigor fiscal sem precedentes, submete os estados a uma forte centralização, dá total liberdade para o governo manejar o Orçamento da União e deprime os recursos destinados à saúde, educação e demais gastos sociais. O que para funcionar depende da furibunda reforma da Previdência, recém-enviada ao Congresso Nacional.

O golpe foi apoiado pela classe média, principalmente pela camada mais rica. A maioria oprimida permaneceu na condição de observadora. Um pequeno contingente dos explorados saiu em defesa de Dilma Rousseff e do PT. As frações mais poderosas da

burguesia (capital financeiro, industrial, comercial e fundiário) se unificaram em torno da nova aliança de poder. Essa composição e relação de classes não se modificaram até o presente momento, mas há sinais de alterações que expressam a evolução da crise política. O governo golpista mantém-se isolado das massas. A luta de resistência vem se dando por meio de ocupações de escolas públicas e universidades. As forças petistas, que incluem organizações como CUT, MST, UNE, MTST, etc., estão obrigadas a intervir no sentido de canalizar a revolta latente para o campo da oposição burguesa, agora encarada pelo PT e aliados.

A classe operária foi contida em todo processo de impeachment, período preenchido por demissões em massa e acordos de colaboração da burocracia sindical com as medidas de flexibilização capitalista do trabalho. A ausência de resistência à destruição de centenas de milhares de postos de trabalho e o bloqueio burocrático à revolta do explorados impossibilitaram travar a luta contra o golpe de Estado no campo proletário. Esse é o obstáculo que ainda permanece e que toma nova forma de colaboração de classes, com o PT passando para a oposição burguesa. As reivindicações que unificam as massas nacionalmente não foram levantadas durante o impeachment e tampouco agora diante do governo cambaleante de Michel Temer.

Um dos objetivos do PMDB ao assumir o comando do golpe foi o de disciplinar e estancar a sangria política provocada pelos escândalos de corrupção e pela Lava Jato. O que não foi possível diante da irresistível marcha da decomposição econômica do País. Os poderes da República estão em choque aberto. O acontecimento mais grave foi a rejeição do Senado em acatar a decisão do juiz Marco Aurélio Mello, que destituía o seu presidente, Renan Calheiros, homem forte das oligarquias nordestinas. O plenário do Supremo Tribunal Federal foi obrigado a revogar a ordem judicial e assim evitar o agravamento do confronto entre poderes. Esse fato ocorreu pouco depois da queda do ministro Geddel Vieira,

A ausência de resistência à destruição de centenas de milhares de postos de trabalho e o bloqueio burocrático à revolta do explorados impossibilitaram travar a luta contra o golpe de Estado no campo proletário. Esse é o obstáculo que ainda permanece e que toma nova forma de colaboração de classes, com o PT passando para a oposição burguesa.

homem forte de Temer, acusado pelo demissionário ministro da Cultura de tráfico de influência privada. Neste exato momento, dia 10/12, a delação premiada da Odebrecht revela o envolvimento direto e indireto de Michel Temer e de importantes figuras do PMDB e PSDB com casos de corrupção. A Lava Jato, agora, expõe o amplo envolvimento de grande parte dos partidos mais influentes na política burguesa com as empreiteiras. Está aí por que já se fala na possibilidade da Justiça Eleitoral retomar o processo contra Dilma e Temer acusados de violarem a lei de financiamento de campanha. O que poderia resultar na convocação de novas eleições. As organizações e movimentos ligados ao PT e PCdoB entraram com o pedido de impeachment. Assim, as bandeiras de "Fora Temer" e "Eleições Já", bem como outras variantes levantadas pela esquerda centrista, começam a mostrar com maior nitidez o seu conteúdo burguês.

Importantes setores da burguesia, no entanto, rechaçam as ações que enfraquecem o governo golpista e chamam a atenção dos poderes em choque de que acima de tudo está a nova condução da crise econômica. O recuo do STF no caso de Renan foi o sinal de que os golpistas devem manter em pé o governo de Temer. É preciso observar até onde as novas denúncias da Odebrecht influenciarão na ampliação da crise política. Por enquanto, não surgiu nenhuma fração burguesa se colocando pela mudança de governo. Os Estados Unidos apoiaram o golpe contra Dilma e veem na mudança de governo uma força burguesa favorável à sua estratégia de dominação nas condições de agravamento da crise

Argentina

O governo Macri representa o capital financeiro internacional que prepara um novo grande saque à economia

O governo Macri é o representante direto do capital financeiro internacional. É a primeira vez que a direita ganha as eleições. Sempre havia chegado ao governo mediante golpes militares. O governo Macri encarna a parte civil da última ditadura cívico-militar, se identifica com seus objetivos e é apoiada pelos mesmos setores.

Colocou nos postos de comando do governo executivos das multinacionais mais importantes e 27 homens vêm diretamente dos bancos estrangeiros. As primeiras medidas do governo foram liberar o câmbio, provocando uma intensa desvalorização, retirou impostos às exportações agropecuárias e mineração, pagou a dívida externa fraudulenta aos "abutres".

Declarou sua submissão aberta ao imperialismo recebendo o presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, no dia 24 de março (aniversário do golpe militar de 1976). Proclamou sua adesão aos tratados de livre comércio que impulsionam os Estados Unidos se distanciando das relações com a China. Foi o primeiro governo a reconhecer o golpe de Temer no Brasil, a pedido dos Estados Unidos, nos mesmos termos, e saiu a questionar o governo da Venezuela, a pedir pela liberdade dos "presos políticos", questionando sua presidência e permanência no Mercosul.

Assim que assumiu o governo, começaram as demissões massivas no país, a repressão contra as lutas dos trabalhadores e movimentos sociais, estimulando os patrões a demitir. O governo

mundial, e, particularmente, na América Latina. É bem possível que, nas condições presentes, somente um levante dos explorados obrigará a burguesia a agir no sentido de mudar seu governo, antes que seja derrubado revolucionariamente.

O fundamental está em que o PT trabalha por se reerguer como oposição burguesa. Aproveita os impactos da denúncia de corrupção sobre os adversários para dar o troco. Não assume, de fato, a derrubada do Plano Temer/Meirelles por meio de um movimento nacional das massas, uma vez que colocaria a derrubada revolucionária do governo golpista. Apesar das traições e fracasso do petismo, a CUT, MST, UNE e MTST não são capazes de romper a camisa de força do reformismo e da estratégia do governo democrático e popular, que é burguês por seu conteúdo de classe.

A política revolucionária tem a tarefa de enfrentar, de um lado, o governo golpista, combatendo-o com as reivindicações e métodos da classe operária, e, de outro, enfrentar o oposicionismo burguês do PT, PCdoB e aliados. Diante do governo cambaleante, os explorados devem sair às ruas em greve e manifestações contra as medidas antinacional e antipopular. Diante da oposição burguesa do PT, os explorados devem levantar a bandeira de independência de classe, derrubada revolucionária do governo golpista e constituição de um governo operário e camponês. Rechaçamos a frente burguesa oposicionista, cujo conteúdo é o da frente popular. Mantém-se a necessidade de constituir uma frente única de ação para enfrentar os ataques da burguesia, seu governo e o imperialismo.

procura aumentar o desemprego para enfraquecer o movimento operário e impor maior redução do salário real e uma maior flexibilização nas condições de contratação.

Seu programa é o do FMI. Abertura às importações, livre cotação das moedas, autonomia para o Banco Central, eliminação do déficit orçamentário, fim da regulação aos capitais, aos preços, flexibilização do mercado de trabalho, etc. O governo Macri acreditava que com este programa atrairiam investimentos e que a inflação poderia ser derrubada. Os únicos ingressos de capital são oriundos do extraordinário endividamento contraído pelo governo para compensar seu déficit. Capitais que ingressam para especular são 100% parasitários. O déficit cresceu tanto ou mais que no governo anterior e o endividamento superou todos os recordes. A inflação do ano é o dobro do que prognosticava o governo, a mais alta dos últimos 25 anos.

Em que pese a resistência dos trabalhadores, os salários reais retrocederam no mínimo 8% em um ano e se perderam mais de 200 mil empregos. Aumentou o trabalho precarizado, o desemprego, a pobreza e a miséria. Se o governo e a burguesia não puderam ir mais longe foi exclusivamente devido à férrea resistência popular, que protagonizou mobilizações multitudinárias e jornadas de luta durante o ano todo, contra a vontade de suas direções. O governo teve de mudar quatro vezes sua política de tarifas dos serviços públicos (principalmente o gás e a eletricidade), devido à forte re-

sistência em todo o país. Os atos e mobilizações dos trabalhadores, das mulheres, dos funcionários da educação e dos denominados movimentos sociais concentraram milhares de pessoas em distintos momentos durante o ano.

A oposição política e sindical, de conjunto, com algumas diferenças de matizes, trabalha para garantir a governabilidade de Macri, para que imponha suas leis, seu orçamento, para iludir a rejeição popular e para que eventualmente seja punido nas urnas no próximo ano. A burocracia sindical joga um papel especialmente significativo na hora de esfriar, isolar e anestesiá-las as lutas operárias. Sua resposta às demissões massivas foi miserável. O kirchnerismo aparece com vida graças às campanhas do governo, meios de comunicação e justiça, que o golpeiam o tempo todo, atribuindo-lhe o “peso da herança recebida” e os escândalos de corrupção. Devido ao tamanho do ataque do governo Macri às condições de vida das massas, o kirchnerismo pode embelezar a sua gestão e especular sobre um lugar de relevo nas próximas eleições.

O governo que com suas medidas provocou um descalabro explosivo da economia, também tem olhos voltados às eleições de 2017 e na renovação do legislativo, assim necessita de um novo aval político para ir mais a fundo no ajuste contra as massas.

A esquerda democratizante não tem peso na luta de classes, seu papel sectário e mesquinho, divide à vanguarda que luta. Boicotou as melhores iniciativas para convocar um encontro nacional

Bolivia: A situação política impõe a urgência de ajustar os métodos bolcheviques de organização

A situação política favorece o crescimento massivo do partido

As massas esgotaram a sua experiência política com o governo do MAS. As ilusões que se despertaram a partir da condição indígena do presidente e de que iniciaria um novo período histórico, qualitativamente diferente dos anteriores e distante dos vícios e defeitos dos governos tradicionais da velha direita burguesa, foram superadas por amplos setores dos explorados. Alguns setores mais rápidos do que outros chegaram à conclusão de que o suposto “novo” governo não era substancialmente diferente dos anteriores. O POR antecipou este processo a partir de uma caracterização precisa do governo do MAS. Afirmamos que era um governo burguês que, devido ao respeito religioso à propriedade privada dos meios de produção, estava condenado a se chocar com as massas mobilizadas nas ruas por pão, trabalho, saúde, educação, habitação, terra e direito à autodeterminação, etc. O governo do MAS foi uma pálida imitação da experiência nacionalista já fracassada no país, apesar da conjuntura econômica mundial favorecer os altos preços das matérias-primas e o superávit cambial extraordinário para região e no país. Em um primeiro momento, essa conjuntura econômica mundial permitiu que o governo alimentasse a ilusão de que o país tinha “mudado graças ao que Evo cumpre”. Hoje, se passa o contrário, as massas se perguntam o que é feito do dinheiro e protestam contra o governo pelo desperdício em gastos supérfluos e suntuosos, que não dão, nem deram solução para aos seus problemas mais prementes, como o problema da escassez de água potável. Nossas previsões políticas foram plenamente confirmadas pela evolução da situação política. Mais uma vez se confirma a conclusão de

de lutadores para debater um programa, um plano de lutas e iniciar a constituição de uma nova direção do movimento operário.

A luta em defesa dos empregos, dos salários e dos acordos coletivos e contra os tarifários devem estar no centro do programa. Os métodos são os da luta de classes. Não há lei que consiga impedir a ofensiva do capital, que em meio à sua decomposição e desintegração internacional, procura descarregá-la sobre a maioria oprimida.

Evidencia dramaticamente a debilidade da direção revolucionária. A imensa vontade de resistência das massas, que se chocam uma e outra vez contra o governo, e que tendem a recrudescer os enfrentamentos, não encontra uma direção que oriente fisicamente seus combates sob a estratégia política da classe operária, da revolução e ditadura proletárias. Rejeitamos toda e qualquer possibilidade de remendar o governo ou de aguardar que termine seu mandato, estamos diante de um inimigo declarado, não há como conciliar com sua política. Devemos acabar com ele assim que possamos. Quanto antes melhor. Não para substituí-lo por um novo governo burguês. A classe operária tem de se preparar para governar, tomando o poder juntamente com a maioria oprimida, protagonizando uma revolução social que acabe com a ditadura do capital, com seu Estado. Para conseguir dirigir essa revolução, a classe operária deve avançar na construção do seu Partido Revolucionário.

marxismo-leninismo-trotskismo de que na época de decadência do capitalismo, na sua fase imperialista, não é possível o desenvolvimento integral das forças produtivas no marco das relações capitalistas de produção.

O próprio governo concluiu que, para as massas que estão na “oposição”, tudo o que diz e faz é motivo de escárnio e desconfiança. Os funcionários governamentais permanentes, a partir do Presidente, acusam o trotskismo de estar por trás da “conspiração” contra Evo em uma suposta aliança com os partidos da velha direita burguesa e do imperialismo. Acreditaram que a divulgação da antiga intriga estalinista impediria o afastamento das massas que rompem com o MAS pela esquerda e caminham a retomar o eixo histórico tradicional da política revolucionária no país, avançando para se reencontrar com as teses Pulacayo.

Por nossa história, por nossa tradição, temos nos tornado a única referência de esquerda na oposição ao governo do MAS. Todas as tendências reformistas que, em algum momento, se reivindicaram do marxismo e da revolução, precisamente devido a seu caráter, acabaram participando do primeiro governo burguês, dirigido por um índio. A desorientação diante da inédita experiência do “primeiro governo indígena da América Latina” levou os revisionistas do trotskismo a chamar de “governo progressista de esquerda” e a apoiá-lo diante da “ameaça da direita”, levantando a bandeira de “assembleia constituinte” e a impostura do “processo de mudança”. Hoje se digladiam acusando uns aos outros de serem “funcionários do nacionalismo burguês” e de quem foi mais ou menos lacão do presidente Evo.

Neste cenário, ocorre uma afluência massiva de novos simpatizantes para o POR. Em todos os setores sociais onde estamos presentes se constata este fenômeno, abrem-se as portas para a penetração em outros setores (conselhos de bairro, os camponeses do trópico e outros) e a expansão da nossa presença orgânica em setores onde tínhamos enfraquecido, a exemplo do setor fabril.

Incorporação de militantes não formados partidariamente

Urma e Urus são grupos paralelos do partido, que se desenvolvem no interior dos setores da classe média. Na conjuntura política favorável, se viram diante de um enorme fluxo de novos ativistas, entusiastas, pleno de paixão, atraídos por nossas posições políticas que interpretam seus sentimentos. No entanto, tratam-se de ativistas não formados, cuja aproximação se dá em torno da adesão a determinadas consignas e respostas do partido na situação política. Não conhecem o programa, nem os estatutos do partido, não entendem porque e para que nos organizamos em células, não entendem o centralismo democrático, nem a forma das discussões internas, por exemplo.

A incorporação massiva de simpatizantes não formados na militância partidária, pode se tornar uma ameaça ao partido, caso o processo de proletarianização, de bolchevização, da nova militância não se dê com a rapidez necessária. Agora, mais do que nunca, a velha militância NÃO pode se dar ao luxo de afrouxar os métodos bolcheviques de organização e contribuir com o atraso temendo perder os aspirantes, e ou manter as células formais incapazes de educá-los.

Sobre o centralismo democrático e as células formais

Nossa organização não é federativa, muito menos anarquista, onde cada militante ou célula, baseados em sua discrepância, podem atuar segundo seu critério particular, à margem da centralização interna e da ação unitária do Partido externamente. Uma célula ou militante NÃO pode se recusar a se centralizar dizendo “Eu discordo, portanto, NÃO me centralizo”. Para o POR, a democracia interna tem sentido enquanto prepara a ação unitária do partido externamente e isso não é possível à margem centralização.

É normal que uma célula viva (com as células formais isso não ocorre) - que está intervindo no seio das massas, procurando penetrar e tornar-se sua direção, dando respostas aos vários problemas que surgem no setor, a partir da situação política em transformação, aplicando o programa partidário e o método marxista - desenvolva posições críticas e divergentes com a tática e avaliações feitas por outros militantes, células e direção. Para o POR, as divergências não podem paralisar a atividade do partido. Se não se chega a um acordo, recorre-se ao voto e se executa a linha decidida pela maioria. O processo de discussão interna não se esgota na célula. Segundo a importância e significação geral da mesma, envolve todo o partido em nível setorial, local, regional, nacional ou

internacional. As divergências que começam normalmente por questões táticas e organizativas, relacionadas à situação política, podem ultrapassar esses limites e tornar-se divergências quanto às avaliações políticas e táticas aplicadas pelo partido para um período político. Um exemplo recente foi o das discussões internas sobre a caracterização do governo do MAS: sobre se era um governo burguês ou um governo neoliberal. Se as divergências não se resolverem dentro das instâncias orgânicas nacionais do partido (Congresso e Conferência), estamos diante da possibilidade e do direito daqueles que divergem exigir seu reconhecimento como tendência com base a um documento político apresentado no Congresso do partido. A tendência minoritária não pode exteriorizar suas divergências, nem justificar sua inação e negar a centralização em razão da sua divergência. Para garantir o direito da minoria de manter suas ideias divergentes e que as mesmas sejam conhecidas por toda a organização, os estatutos do partido reconhecem o direito de uma tendência, reconhecida pelo Congresso, de exigir representação proporcional à sua força na direção. Tudo isso é um processo interno, ao se exteriorizá-lo se comete uma violação, que conclui com a expulsão. Pode ocorrer que o desenvolvimento da divergência chegue a um ponto em que os divergentes levem em conta que as suas divergências chegaram a certos aspectos do programa partidário expressas por escrito e o congresso considere necessária a cisão. Não por acaso, Lênin afirmou que a cisão é um método de organização.

Como se vê, as tendências e frações não se constituem a partir do entusiasmo dos militantes, que assim se declaram, mas são frutos de um processo de desenvolvimento em amadurecimento da discussão interna. Em nenhum momento, a divergência justifica a negação da centralização, pelo contrário, para garantir seu adequado desenvolvimento, o partido reconhece nos estatutos o mecanismo de centralização que garante os direitos dos divergentes na discussão interna.

Democracia e o centralismo constituem uma unidade dialética: a democracia interna não pode ter supremacia sobre o centralismo ao ponto de que cada um faz o que quer e quando melhor lhe parece, assim o partido desapareceria como um clube de amigos, de diletantes, que se juntam ou se separam segundo suas antipatias ou animosidades pessoais, conduta esta típica de anarquistas pequeno-burgueses. Pelo contrário, a democracia interna se desenvolve no interior da necessária centralização, tornando possível a unidade do partido no exterior.

As células formais, que são assim porque formalmente se reúnem e se autodenominam de células, são células que não desenvolvem trabalho algum de penetração em nenhum setor, limitam-se a reuniões, trocam informações e se dão por informadas sobre o que dispõe a direção. Esse tipo de célula constitui um terreno fértil para prosperar todo tipo de deformações burocráticas, caudillescas, anarquistas, etc. Tais células deformam a discussão interna, na medida em que se limitam a discussões sobre questões inúteis à margem dos problemas reais enfrentados pelos militan-

(...) democracia e o centralismo constituem uma unidade dialética: a democracia interna não pode ter supremacia sobre o centralismo ao ponto de que cada um faz o que quer e quando melhor lhe parece, assim o partido desapareceria como um clube de amigos, de diletantes, que se juntam ou se separam segundo suas antipatias ou animosidades pessoais, conduta esta típica de anarquistas pequeno-burgueses. Pelo contrário, a democracia interna se desenvolve no interior da necessária centralização, tornando possível a unidade do partido no exterior.

tes no esforço de penetrar no seio das massas. A célula vincula o partido com as massas. O partido começa e termina na célula. Enfatizamos as células de fábrica, uma vez que se vincula com a classe e se converte em direção física do proletariado, avançando a luta pelo objetivo estratégico do partido, que é a revolução e ditadura do proletariado, caminho para o comunismo.

As células constituídas nas classes não proletárias traduzem o objetivo histórico do proletariado, procurando ganhá-las à causa revolucionária. A estratégia do proletariado desenvolvida em outros setores se traduz na aliança operário-camponesa, na frente anti-imperialista, que significa a unidade dos setores não proletários sob o programa e a direção política do proletariado. Para cumprir esse objetivo, existem organizações paralelas, como URUS e URMA, por exemplo.

Colômbia

A capitulação das FARC é parte da ofensiva do imperialismo na América Latina

A não aprovação do acordo de desarmamento e integração das FARC na ordem capitalista, pelo plebiscito de 2 de outubro de 2016, não inviabilizou a continuidade do “acordo de paz”. Logo se verificou que a consulta popular não passava de uma manobra do governo de Juan Manuel Santos para demonstrar que, no final das contas, era a maioria dos colombianos que aspirava a solução de um conflito de mais de cinco décadas.

A decisão de acabar com a guerrilha por meio de um acordo se deveu a uma fração da burguesia colombiana e ao imperialismo. Tudo se passou na alta cúpula, com o patrocínio da ONU e do Vaticano. A classe operária e os camponeses não tiveram nenhuma participação e, portanto, nenhuma influência sobre a disposição das FARC em se renderem e sobre a determinação da burguesia e de seu Estado em modificarem a estratégia de esmagamento militar da guerrilha.

Os comandantes das FARC e o governo de Santos, ladeados pelo imperialismo e por Cuba, fizeram tudo pelo alto e a despeito das massas. A consulta não passava, evidentemente, de uma fraude. Os explorados não puderam avaliar o significado dos longos anos de sangrentos embates, os seus reais motivos, a política nacional-reformista das FARC e a intervenção dos Estados Unidos por meio do Plano Colômbia. Não se pode falar sequer de um verdadeiro processo democrático. De um lado, as FARC já não contavam com o apoio de importantes camadas camponesas e, de outro, o governo pró-imperialista estava completamente divorciado das massas oprimidas. Está aí por que o plebiscito foi desconsiderado pela maioria da população, concorrendo para sua realização a maior parte da classe média. Nota-se, portanto, que os negociadores do acordo contavam com o voto dos pobres e oprimidos no SIM. Mas quem decidiu pelo NÃO foi a camada da população que sempre esteve ao lado do ex-presidente, Alvaro Uribe, que se apoiou no Plano Colômbia para cercar e limitar a capacidade da guerrilha. Não conseguiu, porém, com

As células que dirigem os grupos paralelos não podem ganhar o setor com base na repetição de generalidades sobre a estratégia proletária. Estão obrigadas a desenvolver as respostas aos problemas do setor, aplicando o programa e os métodos marxistas, tendo o cuidado de não cair no reformismo ou no esquerdismo aventureiro. Para poder ganhar os explorados da pequena burguesia para a causa da revolução, é preciso conhecer as particularidades do setor em que trabalham e contribuir com o desenvolvimento programático, que supõe o conhecimento da realidade que o partido pretende transformar e que não é senão a forma peculiar como as leis gerais do capitalismo se concretizam no contexto histórico, geográfico e cultural da região, dando origem às particularidades nacionais e à peculiar mecânica de classes daí derivada.

todo o poderio facultado pela intervenção norte-americana derrotar as FARC, liquidar sua direção e encarcerar os militantes mais destacados. Mas conseguiu impor às FARC importantes derrotas parciais e isolá-las cada vez mais da vida política dos centros urbanos.

O fato da guerrilha ter se vinculado ao narcotráfico contribuiu para o seu afastamento da maioria oprimida. Os camponeses que apoiavam a guerrilha não viam a possibilidade de solução do problema da terra, cuja concentração latifundiária é altíssima. O proletariado, por sua vez, sempre esteve à margem das FARC, não pôde identificá-las por meio do programa e por sua organização, uma vez que se fundam na estratégia de uma revolução democrático-burguesa. Estima-se que a guerrilha chegou a contar com 20 mil combatentes, nos anos de 1990, caindo nos dias de hoje para 8 ou 6 mil. Mesmo assim, não estava em definitivo derrotada militarmente. Encontrava-se politicamente num beco sem saída.

A burguesia e o imperialismo chegaram à conclusão, depois de vários acordos fracassados, que era o momento das FARC deporem as armas e ingressarem na política eleitoral.

Sem dúvida, a guerrilha constituía um obstáculo à política agrária, que prevê a penetração do capital multinacional em áreas controladas pelas FARC. A posição de Uribe e de seu partido Centro Democrático já não correspondia às diretrizes de Obama para a América Latina e aos interesses do capital financeiro. Está aí por que sua vitória no plebiscito serviu tão somente para turvar o ambiente de comemoração do acordo. Não teve transcendência o fato do tiro de Santos sair pela culatra. Isso no sentido de que o acordo trabalhado durante quatro anos não poderia se submeter à fraude plebiscitária. Nem este era o objetivo de Uribe e do Centro Democrático. O que a oposição pretendia era recrudescer alguns aspectos dos termos do acordo. Entre eles, incluir a punição aos comandantes da guerrilha e a proibição de ocuparem cargos públicos. A fração burguesa



comandada por Uribe não aceitou que ficasse fora das negociações. Refletia, assim, a disputa interburguesa em torno do poder do Estado. É claro que se não se admitisse a anistia, a possibilidade das tratativas progredirem seria bem menor.

Contando com o respaldo da ONU, dos Estados Unidos, do Vaticano e dos governos latino-americanos, Santos mandou às favas a consulta popular. No dia 31 de outubro, o Congresso Nacional da Colômbia aprovou o acordo, levando em conta parte das exigências da oposição uribista. Evidentemente, descartando os obstáculos à anistia. Não houve nenhuma dificuldade, nem no Senado, nem na Câmara dos Deputados, à ratificação do acordo. Daqui para frente, o problema está em como implementá-lo. A lei da anistia ainda está para ser aprovada, mas as FARC devem se entregar às Forças Armadas e à polícia, concentrando-se e depositando suas armas nas 27 zonas estipuladas pelo acordo. Diante da contestação pelas FARC de que a lei da anistia ainda não foi aprovada, a força de “paz”, monitorada pela ONU, espera que Santos promulgue um indulto, que será seguido da aprovação da anistia pelo Congresso Nacional.

Uma vez as FARC desarmadas, os guerrilheiros ficarão à mercê da ditadura de classe da burguesia. Não se deve esperar nenhuma “paz social”. O capitalismo está em decomposição, atinge amplamente a América Latina e, portanto, a Colômbia não está imune. As ilusões sobre a possibilidade de criar um partido - como já se tentou nos anos 80 com a “União Patriótica (UP)” -, que irá resolver as tarefas democráticas do país de economia atrasada e submisso ao imperialismo, servirão para as ex-FARC apodrecerem definitivamente nos marcos da democracia burguesa. Nenhuma das reivindicações que motivaram a criação da guerrilha poderá ser revivida nos marcos do capitalismo.

A promessa de uma reforma rural integral (nos termos do acordo) é consequência do fracasso da guerrilha em unir o proletariado e os camponeses em uma aliança de classes oprimidas para derrotar a burguesia, vencer a oligarquia latifundiária e expulsar o imperialismo. O governo e as FARC, na realidade, manobram com mudanças que não ocorrerão. O direito de propriedade e a preservação da estrutura latifundiária estão por cima de qualquer medida. As FARC capitulam ao fazer uma revisão política e ideológica de que a guerrilha e a violência revolucionária não são a via pelas quais os explorados imporão suas reivindicações à burguesia e lutarão pela tomada do poder. Não reconhecem que o esgotamento de seu movimento se deve, em grande medida, ao erro de considerar o campesinato como força motriz da revolução democrática. Erro que afastou mais e mais as FARC do proletariado. A justificativa e a tese de que o abandono das armas em favor da constituição de um partido integrado ao sistema eleitoral são a trágica conclusão dos erros de origem.

É preciso reconhecer os laços da guerrilha colombiana com

a Revolução Cubana. É correto que a guerrilha tem suas origens no confronto entre conservadores e liberais nos anos 50. Em sua base, estavam as revoltas camponesas. A Revolução Cubana de 1959, comprovadamente, influenciou as FARC. Distintamente das tentativas de criação de focos guerrilheiros, como na Bolívia, as FARC expressaram as tendências de combate dos camponeses à oligarquia fundiária. O isolamento da Revolução Cubana, o fracasso da política de exportação da guerrilha na forma de foquismo e a submissão do regime castrista ao estalinismo, sem dúvida, enfraqueceram o processo revolucionário na Colômbia. Mesmo assim, foram necessários mais de 50 anos

Uma vez as FARC desarmadas, os guerrilheiros ficarão à mercê da ditadura de classe da burguesia. Não se deve esperar nenhuma “paz social”. O capitalismo está em decomposição, atinge amplamente a América Latina e, portanto, a Colômbia não está imune. As ilusões sobre a possibilidade de criar um partido - como já se tentou nos anos 80 com a “União Patriótica (UP)” -, que irá resolver as tarefas democráticas do país de economia atrasada e submisso ao imperialismo, servirão para as ex-FARC apodrecerem definitivamente nos marcos da democracia burguesa.

para que a burguesia colombiana e o imperialismo triunfassem definitivamente. Coincide com a adaptação do governo cubano à política imperialista dos Estados Unidos. Há que se referir ainda à derrota sangrenta da Unidade Popular no Chile (1973), à derrocada da revolução nicaraguense (1990) e à desativação da guerrilha da Frente Farabundo Martí (1992). Em todos esses casos, o castrismo teve responsabilidade diante das derrotas. Não por acaso, Cuba sediou e alimentou as negociações que concluíram com o atual acordo de desarmamento das FARC. Corresponde, portanto, à política do governo de Barak Obama de acabar com a mais antiga e resistente guerrilha na América Latina e reintegrar a própria Cuba ao sistema capitalista latino-americano.

Como se pode ver, o acordo da Colômbia é o reflexo de um retrocesso mais amplo das forças revolucionárias na América Latina. Observado num plano mais amplo, se chega à crise geral de direção revolucionária. O desmoronamento da União Soviética refletiu profundamente nas conquistas

do proletariado mundial. O avanço da restauração impulsionou a contrarrevolução em toda parte. O capitalismo, porém, inexoravelmente mantém o seu curso de desintegração e de barbárie social.

Rechaçamos a paz do imperialismo. É uma utopia reacionária admitir que mediante um acordo se pode “erradicar a violência política da vida do país”, como afirma Timochenko. Sob o capitalismo, é impossível. Rechaçamos o desarmamento e qualquer acordo que anistie ou perdoe os terroristas organizados pelo narcotráfico, os latifundiários e o Estado. Os milicianos das FARC que se incorporarem à “vida civil” serão perseguidos.

A classe operária e os demais explorados estão diante da tarefa de reerguer sua direção revolucionária, resistir ao maior retrocesso que leva ao fascismo e recuperar o terreno perdido. O fracasso de todas as variantes do nacionalismo burguês e a quebra do estalinismo devem ser compreendidos para se constituir os partidos revolucionários, baseados no programa da revolução e ditadura proletárias e profundamente vinculado às massas. Não há dúvida que as experiências da guerrilha colombiana servirão à tarefa de superar a crise de direção, pondo em pé na Colômbia o partido marxista-leninista-trotskista.

Venezuela

Mercosul serve ao golpismo pró-imperialista

No início de dezembro, Brasil e Argentina lideraram um novo e mais duro ataque à Venezuela, suspendendo-a do Mercosul. Pouco antes, impediram que assumisse a sua presidência, montando a farsa de uma direção colegiada transitória, cuja direção acabou sendo entregue à Argentina. Ocorre que se constituiu uma nova aliança burguesa com a vitória eleitoral de Macri na Argentina e golpe institucional no Brasil.

A aliança entre o governo de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff permitiu o ingresso da Venezuela. O Uruguai e Paraguai, de fato, seguem o que determinam os outros dois Estados-membros. Em junho de 2012, o golpe contra o governo de Fernando Lugo resultou na suspensão do Paraguai, até as eleições do ano seguinte. O presidente golpista Frederico Franco acusou os demais membros do Mercosul de usarem o acontecimento para viabilizar o ingresso da Venezuela. Sem a anuência do Paraguai, não seria possível efetivar a incorporação.

Ocorre que o Paraguai representa a política dos Estados Unidos no interior do Mercosul. O veto contra a Venezuela expressou o cerco do imperialismo ao nacionalismo chavista. Está aí por que Frederico Franco declarou que o problema não estava na destituição de Fernando Lugo, ou seja, na violação da cláusula democrática, mas sim na impugnação do Paraguai ao ingresso da Venezuela.

A mudança de governos no Brasil e Argentina realinhou o Mercosul. O Uruguai, agora, é o estranho no ninho. Procurou resistir à ofensiva contra a Venezuela, defendendo que o fim de seu mandato na presidência do Mercosul devia ser ocupado pelos venezuelanos. Acabou, no entanto, cedendo às pressões da nova tríade, furiosa adversária do chavismo. O impedimento indicou que um novo passo seria dado no sentido de defenestrar a Venezuela. A principal justificativa é a de que o governo de Nicolás Maduro não cumpre a cláusula dos direitos humanos, que a oposição é perseguida, que prevalece o arbítrio e que os presos políticos são a prova cabal da violação da cláusula democrática.

É bom lembrar que no conflito em torno do golpe no Paraguai a oposição no Brasil, que hoje dirige o Mercosul, tendo à frente o atual ministro de Relação Exterior José Serra (PSDB), se colocou a favor dos golpistas, sob a alegação de que a destituição de Fernando Lugo se dava pela via democrática do parlamento. A fração burguesa golpista no Brasil, como se vê, acabou reproduzindo o feito paraguaio, certamente, exibindo maior institucionalidade e esperteza na montagem do processo de impeachment. Retirando a forma, o golpe brasileiro é essencialmente semelhante ao do paraguaio. Ambos cassaram o voto da maioria que elegeu Fernando Lugo e Dilma Rousseff. Por sua vez, desconsiderando o primitivismo da democracia oligárquica do Paraguai e o estado mais avançado da democracia oligárquica do Brasil, ambas se reduzem a uma caricatura da democracia burguesa dos países mais civilizados, ou seja, das potências imperialistas. Refletem cada uma a seu modo e grau o atraso do desenvolvimento das forças produtivas, da dependência da burguesia semicolonial à burguesia imperialista, da manutenção da estrutura oligárquica dos partidos e da vigência da brutal polarização entre riqueza da minoria e pobreza/miséria da maioria oprimida.

A chegada ao poder do Estado, por meio de eleições, de forças pequeno-burguesas, escoradas em uma das frações burguesas,

como as do chavismo, lulismo, evismo, correísmo e, em certo sentido, também a do kirchenerismo, expressa a existência de tarefas democráticas não cumpridas pelos países semicoloniais (independência nacional, reforma agrária, industrialização, erradicação do analfabetismo, etc.). Não podem resolvê-las, entram em contradição com as necessidades da própria fração burguesa que as apoiou, desmoralizam-se diante dos explorados e têm de ceder passagem à fração burguesa francamente pró-imperialista. É o que se passou no Paraguai, Argentina e Brasil. O regime chavista, o que mais se identificou com o nacionalismo clássico da América Latina, está esgotado.

O Mercosul foi uma criação de governos “neoliberais”. Argentina, sob o governo de Carlos Menem, e Brasil, sob Fernando Collor, impulsionaram a formação de área de comércio, arrastaram o Paraguai e Uruguai e concluíram com a constituição do Mercosul com o Tratado de Assunção, de julho de 1990. De certa forma, substituíram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio- ALALC (década de 60) e a Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (década de 1980). Brasil e Argentina carregam a contenda histórica sobre a hegemonia na América do Sul. Os velhos acordos comerciais se esgotam e novos ocupam seus lugares.

A constituição de governos de traços nacionalistas ou nacional-reformistas na Argentina, Brasil e Uruguai criou a ilusão sobre a possibilidade de transformar o Mercosul em uma trincheira de defesa da unidade latino-americana. Há quem tenha pensado de resistência anti-imperialista. Como toda ilusão, porém, acaba se desfazendo de forma grotesca. É o que assistimos com a troca de comando do Mercosul.

O governo golpista de Michel Temer, rodeado pelo governo eleito da Argentina, que apoiou o golpe, se arvora em defensor da democracia para expulsar a Venezuela da organização. Os serviços do imperialismo contribuem para isolar ainda mais o regime chavista e fortalecer a oposição que trabalha no sentido do golpe. O governo venezuelano, no entanto, não é capaz de responder à altura, uma vez que está preso à grande propriedade privada dos meios de produção e ao domínio do capital financeiro. Os explorados arcam com o maior peso da desintegração da economia venezuelana.

Somente medidas de total controle estatal do petróleo e de toda fonte de matéria-prima, de expropriação revolucionária do grande capital, das multinacionais, de estatização sem indenização dos bancos e de nacionalização das terras poderão defender a nação oprimida e abrir caminho para edificar sobre novas bases as forças produtivas. É preciso pôr em pé um movimento anti-imperialista, sob a direção da classe operária. O que implica desenvolver no seio das massas a estratégia do governo operário e camponês.

Sob a condução do nacionalismo burguês e da política fraudulenta do chavismo (Socialismo do Século XXI), a Venezuela acabará caindo nas mãos da fração burguesa golpista e pró-imperialista. Não há outra via para os explorados venezuelanos a não ser construir seu partido proletário, marxista-leninista-trotskyista. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) denuncia a expulsão da Venezuela do Mercosul. Defende em cada país latino-americano a constituição da frente única anti-imperialista, sob a programa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Fidel Castro morreu

Viva a Revolução Cubana! Defesa incondicional de suas conquistas! Derrotar a crescente restauração capitalista!



A primeira revolução social vitoriosa na América Latina teve um extraordinário impacto no mundo, mas especialmente em nosso Continente. Demonstrou que em um país atrasado, semicolonial, e, mais ainda, estando de frente aos Estados Unidos, podia protagonizar a revolução. Questionou a política do estalinismo, contrária à revolução, defensora da coexistência pacífica com o imperialismo e a divisão do mundo que havia sido pactuada pela Rússia com as potências. Comoveu toda a vanguarda e as massas, que acompanharam com enorme atenção e entusiasmo os acontecimentos.

O Movimento 26 de julho, comandado por Fidel Castro, tinha uma plataforma política nacionalista, anti-imperialista, democrática, baseada no ideário de Martí, cujo principal objetivo era derrubar a ditadura de Batista. Nem bem conquistou o poder, teve de enfrentar o boicote das empresas estrangeiras ao governo, o que provocou poderosas divisões políticas e a radicalização do setor liderado por Castro e Che, provocando a ruptura com aqueles que se davam por satisfeitos com a derrocada do ditador. É necessário lembrar que o Partido Comunista da Argentina não apoiou a revolução. Sua direção tinha responsabilidade sobre boa parte do Continente.

O imperialismo norte-americano não podia tolerar uma revolução que começava por se proclamar comunista. Em 1960, a CIA começa a organizar a invasão da “Baía dos Porcos”, que é levada a cabo em 1961, com tropas dirigidas por cubanos dissidentes. Iniciativa contrarrevolucionária que foi derrotada pelas massas.

Fidel realiza uma extraordinária manobra comprometendo a União Soviética a defender militarmente a revolução, instalando mísseis na Ilha. Efetivamente, se instalaram os mísseis e, assim, eclodiu uma crise internacional de grandes proporções.

(...) Os meios de comunicação e os politiqueros de toda a laia qualificam Castro de ditador, autoritário, contrapondo-o à sua democracia, que, em realidade, é a ditadura da burguesia, de uma ínfima minoria da sociedade. Deste ponto de vista, podemos dizer que Cuba era o país mais democrático pelo fato de não existir a grande propriedade privada dos meios de produção. (...) e, ao mesmo tempo, criticamos o processo de burocratização e lutamos por uma revolução política em Cuba, para instalar a ditadura do proletariado.

Os Estados Unidos hostilizaram Cuba todo o tempo, com sabotagens, bloqueios, tentativas de assassinato e condicionamento de sua economia e sua política. A heroica resistência da Ilha não deve, no entanto, nos fazer perder de vista o papel político que cumpriu o castrismo. A colaboração da Rússia com a economia e com a defesa militar custou um alto preço. O estalinismo foi dominando a revolução. Burocratizou-se a revolução. Passou-se a perseguir os opositores – nos referimos àqueles que defendiam a revolução, mas não aceitavam o curso burocrático que havia assumido. A revolução devia reconhecer e garantir a atuação política de todas as organizações que a defendiam. O regime de partido único é contrário à democracia proletária. O próprio Castro diria: “compramos todo o pacote” da URSS.

Ditadura? Os meios de comunicação e os politiqueros de toda a laia qualificam Castro de ditador, autoritário, contrapondo-o à sua democracia, que, em realidade, é a ditadura da burguesia, de uma ínfima minoria da sociedade. Deste ponto de vista, podemos dizer que Cuba era o país mais democrático pelo fato de não existir a grande propriedade privada dos meios de produção. Assinalamos ambas questões: Cuba foi o país mais democrático e, ao mesmo tempo, criticamos o processo de burocratização e lutamos por uma revolução política em Cuba, para instalar a ditadura do proletariado.

O jovem revolucionário que dirigiu a primeira revolução vitoriosa se converteu em sua negação. A falta do programa, portanto, a ausência do partido revolucionário, o levou a ir contra sua própria experiência, adotando posições políticas que o afastariam cada vez mais do terreno da revolução.

Aderiu a políticas contrarrevolucionárias: apoiou a Unidade Popular no Chile, considerando-a como a “via pacífica ao socialismo”, como se fosse possível. A Frente Popular, liderada por Allende, jogou um papel contrarrevolucionário, que abriu as portas ao pinochetismo.

Teve enorme responsabilidade sobre o sandinismo, sobre o qual tinha uma grande influência, levando-o a uma política de tipo nacionalista burguês, que fracassou rotundamente e dilapidou a revolução. E também teve a responsabilidade sobre a orientação política da Frente Farabundo Martí, em El Salvador, que tinha melhores condições para a tomada do poder e não o fez quando teve a oportunidade devido à orientação da política derrotista. E teve grande responsabilidade no apoio ao reformismo armado na América Latina, ao foquismo pequeno burguês, responsável por bloquear a construção de uma direção revolucionária. A aventura de Che na Bolívia, procurando estabelecer um foco a partir do campesinato, o que lhe custou a vida, é responsabilidade da direção castrista e, certamente, do estalinismo contrarrevolucionário que abertamente o traiu.

Não nos esqueçamos do apoio às burguesias nacionais latino-americanas, a seus partidos e movimentos. Burguesias que se prostraram diante do imperialismo.

O castrismo preparou o caminho da restauração capitalista. Não havia outro caminho? A queda da URSS acelerou sua crise, a dependência de sua débil economia a levou à ruína. Poderíamos dizer, a seu favor, que durante muitos anos procurou – ainda que equivocadamente – dar impulso à revolução no Continente e em outros lugares do mundo, para superar seu isolamento, estando consciente de que a revolução isoladamente teria dificuldades para sobreviver. Seu “internacionalismo” se orientou a relações com os partidos comunistas contrarrevolucionários e com os movimentos foquistas da pequena burguesia, bem distantes da estratégia da revolução proletária.

Distintamente de outras correntes da IV Internacional, Guillermo Lora advertiu, logo de início, em 1960, sobre os perigos que representava a direção estalinista da revolução.

Ficará na história pelo seu protagonismo na primeira Revolução social vitoriosa no Continente, mas não podemos deixar de assinalar os desastres políticos, sua responsabilidade em ter contribuído para desviar o caminho da Revolução.

Grande parte do povo cubano lamenta sua morte e o reivin-

dicará como herói nacional. Diferentemente de outras revoluções, em Cuba, muitos de seus dirigentes, de seus protagonistas diretos, ainda estão vivos, como está viva sua experiência com o regime anterior. Estão diante da contradição de defender as conquistas e, ao mesmo tempo, duvidar que o restabelecimento das relações com os Estados Unidos e as medidas de impulso à propriedade capitalista vão contra essas conquistas, agravado por um Estado burocratizado, que os leva a duvidar que seja certo que não havia outro caminho.

Ainda em processo de restauração capitalista, Cuba sustenta importantes conquistas que a colocam como a sociedade mais igualitária, menos injusta, com maior educação e saúde de todo o Continente, conquistas que perduraram apesar das enormes dificuldades que teve de enfrentar.

Os malditos gusanos, o imperialismo, a direita latino-americana e do mundo celebraram sua morte, porque Fidel simboliza que a revolução era possível, ainda que a distância de apenas 140 quilômetros dos Estados Unidos. Em um dos países mais atrasados, Fidel passou a ser sinônimo de expropriação dos capitalistas, enfrentamento à contrarrevolução com mãos de ferro e edificação de uma Cuba que foi motivo de orgulho de sua cultura, de sua educação, de sua ciência, de seu esporte, colocando-se muito à frente de todas as burguesias parasitárias do Continente.

Os revolucionários estão comprometidos com a verdade, com toda a verdade. Ressaltar as virtudes de suas origens revolucionárias, as dificuldades pelas quais passou e também a sua responsabilidade diante dos desastres políticos que protagonizou.

Defendemos a Revolução Cubana e enfrentamos os ataques do imperialismo à figura de Fidel, enquanto sejam ataques à revolução e suas conquistas.

A conclusão obrigatória é que o socialismo é insustentável em um só país. As conquistas da Revolução Cubana são parte do arsenal político e prático do proletariado revolucionário. São uma antecipação do que se pode conseguir sobre a base da socialização dos meios de produção, porém, sua preservação e desenvol-

vimento dependem do avanço da revolução socialista mundial e dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Esta luta começa dentro das fronteiras nacionais e em um movimento permanente deve continuar fora e dentro do país até acabar com toda forma de opressão social e nacional, até instaurar o comunismo em escala planetária.

**Viva a Revolução Cubana!
Abaixo a restauração capitalista!**

28 de novembro de 2016



O castrismo preparou o caminho da restauração capitalista. Não havia outro caminho? A queda da URSS acelerou sua crise, a dependência de sua débil economia a levou à ruína. Poderíamos dizer, a seu favor, que durante muitos anos procurou – ainda que equivocadamente – dar impulso à revolução no Continente e em outros lugares do mundo, para superar seu isolamento, estando consciente de que a revolução isoladamente teria dificuldades para sobreviver. Seu “internacionalismo” se orientou a relações com os partidos comunistas contrarrevolucionários e com os movimentos foquistas da pequena burguesia, bem distantes da estratégia da revolução proletária.

Estados Unidos: Trump é a resposta fascista à crise do capitalismo

Suas possibilidades e limitações na atual conjuntura

Em que setores sociais se apoiou a vitória eleitoral de Trump?

Na pequena burguesia das áreas urbana e rural, em suas camadas descontentes e desiludidos pela pouca efetividade das políticas de Obama que não foram capazes de frear e reverter a deterioração das condições de vida e emprego, determinadas pela crise econômica, em setores proletários golpeados pela semiparalisação do obsoleto aparato produtivo norte-americano, particularmente localizado no cinturão industrial do Meio Oeste, que enfrenta a invasão das mercadorias baratas provenientes principalmente da China e México:

“Homens brancos, maiores e de classe média, muitos deles sem estudos e protestantes. O lugar comum da América profunda tornaram Donald Trump presidente, apesar de ter obtido menos votos que sua concorrente. Sua capacidade de converter estes apoios em uma irada nos estados pós-industriais do Meio Oeste, o impulso de última hora e a menor capacidade de Clinton (em relação a Obama) para arrastar ao seu terreno as minorias e jovens explicam o resultado.” (http://cincodias.com/cincodias/2016/11/09/economia/1478694959_383555.html)

Mas, além deles, Trump se apoiou em setores da burguesia imperialista norte-americana ligados à exploração de petróleo, indústria farmacêutica e outros setores vinculados à produção e ao comércio varejista no mercado interno, além dos setores industriais vinculados à indústria bélica.

Todos viram com simpatia os anúncios protecionistas de Trump, suas declarações xenofóbicas, seu racismo anti-imigrante. Também o fato de se apresentar como inimigo do “sistema corrupto de Washington”, dos políticos tradicionais “que não protegem o trabalhador americano dos interesses estrangeiros e que venderam a economia do país com os tratados de livre comércio”.

Os setores da burguesia financeira, que apoiaram Hillary Clinton, entraram em pânico quando saiu o resultado eleitoral que favoreceu Trump, para depois se acalmarem com as declarações mais amenas do Presidente eleito, ponderando agora as vantagens de um retorno à especulação sem regulações aprovadas pela administração de Obama.

A natureza dos interesses de classe de todos estes setores é profundamente heterogênea e contraposta. A retórica fascista de Trump está orientada a satisfazer a classe média inconformada, para a qual ele vai fazer todos os tipos de shows midiáticos sobre a “grandeza norte-americana”, mas não fará nada de efetivo em benefício dela, porque seu verdadeiro vínculo é com os setores imperialistas da burguesia norte-americana e com a oligarquia financeira.

“Trump combina em doses imprevisíveis ideias keynesianas (mais investimento público, estímulo à demanda) e ultraliberais (desregulação financeira, desmantelamento do Estado do bem-estar, nenhum compromisso com o meio ambiente). Não conhecemos todas as receitas, por isso é complicado prever seus efeitos. Um fator difícil de avaliar hoje é se sua presidência provocará tensões internacionais que debilitem não só o crescimento, mas também a estabilidade global. Isso já são palavras elevadas. Ainda que se agradeça o fim da retórica incendiária, os medos não vão desaparecer por um par de dias com palavras amáveis”. (http://cincodias.com/cincodias/2016/11/11/economia/1478894513_020726.html).

“Precisamente, o novo presidente chega à Casa Branca como um

lodo agitado pela crise. Colhe o resultado de uma polarização educacional, social, racial e econômica. O emprego de hoje nos Estados Unidos é como o de antes da crise, mas não o são os salários, nem as condições de vida. Donald Trump não é a resposta a esses males, mas para muitos é a lembrança de uma América de décadas passadas que, evidentemente, não voltará. Antes de Trump, os Estados Unidos deixaram de ser o império sem discussão e depois dele se confirmará esta circunstância”. (http://cincodias.com/cincodias/2016/11/13/economia/1479054131_964871.html)

Qual é o problema fundamental para a burguesia imperialista norte-americana?

O problema fundamental é que a burguesia imperialista norte-americana não encontra espaço para o desenvolvimento das forças produtivas, cuja estagnação vem trazendo como consequência uma perda de sua posição hegemônica no mundo, tendo como principal competidor a China, que, graças à força de trabalho barata, pode inundar o mundo com mercadoria de baixo custo em detrimento da produção norte-americana e europeia, cujos aparatos produtivos são obsoletos e as inovações tecnológicas não encontram terreno propício para serem aplicadas à produção e gerar lucro, devido aos altos custos da força de trabalho.

Elevar as taxas de juros do Banco Central dos EUA (FED) pode atrair capitais do exterior, agigantando a massa monetária voltada à especulação financeira, mas daí para que estes capitais sejam aplicados na regeneração da indústria ou do setor produtivo há uma distância muito grande. Sua superação significaria pressionar em direção à maior deterioração dos salários e das condições de trabalho, bem como à elevação da taxa de exploração da força de trabalho, em um esforço infrutífero de reverter a lei da queda da taxa média de lucro, o que requer uma classe operária domesticada que não proteste. Mas mesmo isso tem um limite, é pouco provável que o proletariado norte-americano aceite receber o salário de um operário chinês ou mexicano por seus esforços no interesse da “grandeza nacional”. A resistência à ameaça que representa o novo presidente norte-americano para as massas exploradas do país tornou-se evidente, mesmo antes de sua posse.

O anúncio da implementação de grandes obras de infraestrutura em conjunto com a redução de impostos dos mais ricos trará como consequência um aumento descomunal do déficit fiscal, que já se aproxima de 70% do PIB e que acaba sendo descarregado sobre a população por meio de cortes nos programas sociais de assistência médica, educacional, etc.

Se este caminho está fechado, que outro tomará a burguesia norte-americana? A guerra comercial com a China, México, Canadá e outros países? Os chineses já disseram que se ocorrerem ações de guerra comercial contra eles os mais prejudicados seriam os próprios capitais norte-americanos investidos na China e que produzem mercadoria que inundam o mercado do país do norte. Mas ainda que sejam aplicadas tarifas para encarecer os preços das mercadorias estrangeiras no interior do mercado norte-americano, além de tencionarem as relações internacionais, redundarão em uma maior deterioração da situação econômica interna, encarecendo os preços das mercadorias de consumo da população.

As medidas protecionistas aplicadas por um país imperialis-

ta, cuja economia depende do mercado mundial, somente podem ser circunstanciais e estão fadadas a precipitar o colapso das economias atrasadas e semicoloniais, que permita criar o espaço suficiente para uma momentânea expansão das forças produtivas. A pressão deverá ser aplicada até que a destruição gerada seja o suficiente para dar espaço a essa nova e breve expansão. Até que ponto Trump estará disposto a levar essa pressão?

Trotsky bem salientou o fato de que o fascismo é a resposta burguesa imperialista à crise econômica estrutural do capitalismo a nível mundial. O fascismo, em determinadas condições sociais e econômicas históricas, precipitou o mundo na II Guerra Mundial, que realizou uma fenomenal destruição das forças produtivas, que deu lugar a um período de relativa expansão econômica e que nos trouxe à atual crise, onde as saídas de ajustes monetários ou fiscais parecem insuficientes para enfrentar a superprodução mundial e possibilitar uma saída conjuntural à crise.

O panorama econômico mundial do próximo período é bastante sombrio, segundo o próprio FMI:

“É de fundamental importância que se defenda a possibilidade de intensificar a integração comercial. Em um ambiente global hostil ao comércio internacional, será impossível para os exportadores de matérias-primas e aos países de baixa renda em geral criar novos modelos de exportação e reduzir gradualmente as diferenças de renda em relação aos países mais ricos. Além disso,

Itália

A DERROTA DE RENZI NO REFERENDO ACELERA A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

Em 4 de dezembro, realizou-se o referendo na Itália. Votaram 70% dos 50 milhões de italianos habilitados, uma porcentagem recorde de participação. O NÃO triunfou com quase 70% dos votos.

Segundo o “Financial Times”, com esse resultado o país arrastará toda a zona de Euro a uma grave situação. A burguesia italiana, Confindústria, não duvida que a Itália entrará em recessão e a nação voltará à crise de governabilidade, como as que sofreu por 63 vezes ao longo de sua história republicana. O “Wall Street Journal” chegou a qualificar a consulta como o acontecimento mais importante na Europa que o Brexit britânico.

O que se votou no referendo? Uma mudança constitucional para reduzir fortemente o tamanho e poder do Senado, regulando as responsabilidades entre o governo central e os governos regionais, dando mais poder aos chefes de partido em detrimento dos deputados, “tornando mais governável o país”. Setores que se opunham assinalaram que a reforma tendia a transformar o regime em uma “ditadura democrática”. Além disso, suspeitava que o governo queria mais poder para salvar os bancos e favorecer os grandes empresários. Renzi exigia poderes mais amplos para governar de maneira “mais fácil”. Parlamentares opositores a Renzi viam a reforma como uma ameaça a suas influências e diziam que a eleição do Presidente (que tem importância em situação de crise) pode ser mais facilmente determinada pelo Primeiro Ministro. Desde o fim da Segunda Guerra, sucederam-se 65 governos.

Durante mais de um ano, discutiu-se a reforma, mas a votação se realizou no momento de triunfo eleitoral e importante crescimento de expressões ultraconservadoras.

Muitos italianos rechaçam a ideia de dar mais poder ao Primeiro Ministro. A Constituição de 1948 procurou expressar a necessidade de evitar a aparição de um Mussolini, dando mais poder às Câmaras Legislativas e mais importância à autonomia

neste contexto, haverá uma desaceleração do crescimento da produtividade em escala mundial, da divulgação de conhecimento e tecnologia, bem como dos investimentos. Em poucas palavras, retroceder no comércio exterior só pode intensificar e prolongar a atual falta de dinamismo da economia mundial”. (“Perspectivas da economia mundial, informa do FMI”)

Uma coisa é que a mentalidade de Trump seja fascista e outra é que possa materializar os seus planos. Se bem que as condições econômicas da crise o empurrem para isso, ainda falta saber se o proletariado e as massas exploradas do planeta permitirão que o imperialismo norte-americano empurre a humanidade a uma aventura bélica global de proporções catastróficas. A preocupação da burguesia fora dos Estados Unidos se expressa nestas linhas:

“Acontece, com o Brexit, que o fenômeno está aí, porém não se sabe ainda como se desenvolverá. O que mais deve nos preocupar é a polarização social. Desde já, não parece que o mundo anglo-saxão nos dará pistas de como reduzi-la”. (http://cincodias.com/cincodias/2016/11/13/economia/1479054131_964871.html)

Sem dúvida, caminhamos para um período de agudização da luta de classes e de enfrentamento entre o imperialismo e as nações oprimidas. O essencial do problema está na ausência ou debilidade da direção revolucionária mundial do proletariado (a IV Internacional).

de quatro regiões, em 1963, incluiu-se uma a mais e, em 1970, 15 regiões, ainda que com autonomia mais limitada.

O Primeiro Ministro assegurou que se perdesse a eleição renunciaria, pretendendo plebiscitar sua gestão. Se ganhasse, seria entendido como um voto de confiança ao governo. A coalizão que encabeçava fracassou em seu objetivo de reavivar a economia e isto pesou no voto popular. Renzi era considerado pelos europeístas como um baluarte de defesa contra as tendências anti-euro e anti-União Europeia.

Foi derrotada uma reformada qualificada por toda oposição (da esquerda à direita e de setores de seu próprio partido) como autoritária e que provocou a renúncia do Primeiro Ministro. Mas o processo não termina aí.

A derrota do governo reabre a crise política, que terá alcance continental, levando em conta as próximas eleições na França, Alemanha e Holanda. Agora, o presidente da Itália começou uma rodada de negociações com os partidos e o Congresso para decidir quem será o sucessor de Renzi. A direita reivindica que se convoque eleições gerais.

Itália é a quarta maior economia da Europa e, ao mesmo tempo, uma das mais débeis. Cresceu anualmente abaixo dos demais países da região – o produto bruto por habitante está abaixo do nível alcançado em 1997. A dívida pública atingiu 133% do produto bruto anual. Aparecem sintomas de que se pode reeditar um colapso bancário que se estenderá pela zona do Euro (crise essa encabeçada pelo Banco Monte Dei Paschi de Siena, o mais antigo do mundo, fundado em 1472). Chega-se a esta situação apesar de que no período do governo Renzi houve fatores favoráveis a um maior crescimento: baixaram-se os preços do petróleo importado, a taxa de câmbio beneficiou as exportações, o Banco Central da Europa injetou liquidez na região e se relaxaram as exigências de

austeridade fiscal por parte da União Europeia.

Itália é o país que recebe a maior quantidade de imigrantes, como primeiro ponto de chegada no continente, principalmente vindos da África, e cresce a quantidade devido ao bloqueio a outras rotas de entrada. Problema que também é um tema altamente crítico.

Essa soma de condições levou à derrota eleitoral do governo e abriu uma crise em um momento que a Europa atravessa um processo de desintegração, vendo naufragar seu projeto de unidade e de moeda. A profunda crise econômica e financeira de 2008/2009 abalou o continente e não pôde ser superada, apesar de todas as medidas extraordinárias. Não pôde sair da situação de estancamento das economias, com vários países em situação de quebra, com elevadíssimo endividamento e déficits orçamentários. Crise

Síria

A autodeterminação da nação oprimida depende de os explorados derrotarem o intervencionismo estrangeiro

A guerra civil internacionalizada na Síria se desenvolve sob o agravamento da crise mundial capitalista e do intervencionismo das potências. Ambos os fatores intensificam a opressão nacional e avançam a dilaceração de seu território de acordo aos interesses das potências e setores da burguesia árabe.

Embora seja uma criação das potências, as atuais fronteiras nacionais do Oriente Médio (tais como surgiram da Primeira Guerra Mundial) já não mais refletem a nova correlação de forças econômicas e políticas mundiais. O aprofundamento das contradições na base econômica e o avanço de sua desagregação mundial impulsionam violentos choques entre os Estados nacionais pelo controle das fontes de matérias primas, as rotas comerciais e os mercados regionais. Eis por que o imperialismo norte-americano se vê diante da necessidade de quebrar a ascendência da Rússia sobre a Síria e de expulsar Al Assad do poder.

A permanência de Al-Assad no governo da Síria corresponde aos interesses da burocracia e da oligarquia burguesa russas, que pretendem preservar sua influência sobre importantes rotas comerciais (Mar Negro) e de transporte de petróleo e gás, bem como a sua base naval de Tartus e aérea de Hmeymim. O país se viu, assim, envolvido em uma guerra civil internacionalizada que corresponde aos interesses externos e que marcam, em última instância, seu percurso mais geral, aprofundando de fato a violação de sua autodeterminação nacional.

Nas entranhas do profundo atraso capitalista, da permanência das relações pré-capitalistas e tribais, do agravamento da opressão nacional e do avanço do intervencionismo imperialista emergiu a jihad e, em particular, o Estado Islâmico. Trata-se da rebelião da nação oprimida contra seus opressores. O fato de que tenha assumido a forma de um movimento nacional-religioso não a caracteriza como resistência anti-imperialista.

Está aí por que as potências, embora difiram em como proceder à divisão da Síria e quanto a que forças sociais que devem ter o controle, convergem no interesse de esmagar em sangue e fogo ao Estado Islâmico. O movimento do imperialismo e sua aliança a oeste e o da Rússia, Irã e forças governamentais sírias a leste visam de conjunto a derrotar os jihadistas, a começar pelo Estado Islâmico. Uma vez conquistadas posições militares internas ao país, passar então a utilizar a submissão da nação oprimida como moeda de troca nas negociações diplomáticas.

O avanço das forças sírias, iranianas e russas na conquista militar da cidade de Aleppo (Síria), de um lado e o avanço da

estrutural que não tem saída em termos capitalistas. Nesta situação, florescem as tendências fascistas, ultraconservadoras, nacionalistas, que vão ganhando posições.

É urgente que a classe operária se coloque de pé com sua política de classe, lutando pelo seu próprio poder e assinalando que a unidade da Europa a serviço da classe operária e das massas oprimidas somente será possível em termos socialistas, construindo os Estados Unidos Socialistas da Europa, acabando com a dominação das multinacionais e seus bancos, acabando com a presença militar do imperialismo norte-americano em seu território. A classe operária deve recuperar suas melhores tradições para resolver a crise de direção. As greves da França e a atual da Grécia são uma amostra da enorme vontade de luta. Mas não bastam, devem ter uma perspectiva de classe, operária, socialista.

coalizão do imperialismo com as burguesias árabes sobre Mosul (Iraque), de outro, são peças-chaves das movimentações para se chegar a um acordo sobre o percurso da divisão do país. Por sua vez, o avanço da Turquia sobre o norte e os constantes ataques de Israel sobre a infraestrutura militar do governo Al-Assad no sul, assim como as manobras diplomáticas entre a Rússia e os Estados Unidos, refletem as movimentações das burguesias regionais para aproveitar os choques entre as potências militares mundiais para avançar em seus próprios interesses.

Como se vê, a guerra civil internacionalizada é um campo de manobras políticas e militares das burguesias imperialistas e da burocracia russa que pretendem tirar o maior proveito do esmagamento da autodeterminação nacional do povo sírio. O que se espelha, por sua vez, na ausência de uma direção revolucionária que impede os explorados sírios decidirem sobre seus assuntos internos. Em meio a tais contradições, operam as feudais-burguesias árabes que precisam garantir o controle das fontes de matérias primas e, assim, negociar com o imperialismo as cotas correspondentes na exploração assalariada e no saque das riquezas naturais.

Como particular expressão da feudal-burguesia árabe, o Estado Islâmico é contrário ao armamento das massas e a que a classe operária se projete em luta contra o intervencionismo do imperialismo Ocidental e da Rússia com os métodos da luta de classes. Isso porque se opõe a expropriar a grande propriedade privada dos meios de produção e assim romper com os elos materiais do domínio monopolista e imperialista sobre as nações oprimidas. É nesta incapacidade burguesa e pequeno-burguesa da jihad nacionalista que o imperialismo conta para sufocar a rebelião da nação oprimida.

A tarefa da vanguarda que se forja nos combates das massas contra o intervencionismo imperialista e a opressão nacional é a de unir a maioria nacional explorada em uma frente única anti-imperialista e armar a população para derrotar as forças de intervenção estrangeira.

O fortalecimento das massas árabes passa pela defesa revolucionária da autodeterminação e independência nacional das nações oprimidas. Essa tarefa democrática está na base da guerra civil internacionalizada. Nenhum movimento burguês ou pequeno-burguês, por mais radical e armado que esteja, pode vencer o imperialismo e cumpri-la. Somente o proletariado, apoiado na maioria oprimida, tem como assumi-la e travar o combate por sua solução, por meio da revolução social. A derrubada ou preservação do governo de

Assad concluirá com o esfacelamento da Síria, uma vez que uma ou outra saída dependa dos Estados Unidos e da Rússia.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQI) se coloca pela autodeterminação da Síria incondicionalmente. Há que derrotar as forças intervencionistas e invasoras. É preciso acabar como os ataques ao Estado Islâmico. Os explora-

Estado Islâmico

Todas as potências imperialistas e a Rússia em uma frente comum para esmagar o Estado Islâmico

Os revolucionários de todo o mundo, bem como todos aqueles que se colocam como anti-imperialistas e defensores da causa do socialismo, devem rechaçar a gigantesca agressão militar contra o Estado Islâmico (EI), que viola todas as fronteiras e a autodeterminação dos povos. Em primeiro lugar, os operários e oprimidos das principais potências que agridem militarmente o Oriente Médio devem levantar-se contra os seus governos exigindo o fim do intervencionismo militar e das matanças. Centenas de milhares são vítimas da ofensiva bélica das potências, muitos deles escapam da fome e da morte, fugindo como podem do terror. A campanha midiática internacional do imperialismo tem conseguido anestesiar grande parte da população e, inclusive, boa parte das forças de esquerda - demonizando o EI -, que assim não reagem diante do bestial ataque sobre os jihadistas e as populações controladas por eles.

Nossa Corrente Internacional, o CERQI, já havia se posicionado em suas últimas Conferências e Congressos sobre a caracterização do EI e os seus objetivos reacionários. E como o EI deformadamente expressa a rebelião das nações oprimidas contra o imperialismo, diante da ausência da direção revolucionária. E que não tínhamos dúvidas de que diante da intervenção do imperialismo devíamos nos colocar ao lado do EI contra o intervencionismo. Não somos neutros diante do ataque do imperialismo contra as nações oprimidas. Nossa obrigação como revolucionários é combater o imperialismo, sem deixar de criticar as posições do EI. Não há como, portanto, confundir a trincheira.

Participam desta monumental ofensiva para enfrentar o EI os pashmergas curdos e as forças oficiais iraquianas, em uma coalizão de 67 nações encabeçadas pelos Estados Unidos, França e Inglaterra. O governo do Iraque afirma que é ele quem dirige totalmente a operação. Estão utilizando o mais poderoso armamento para destruir os jihadistas.

Em meados de 2014, proclamou-se o Estado Islâmico, localiza-se principalmente no Iraque e Síria, estendendo a sua influência sobre outras regiões. Há alguns meses se combate em Sirte, cidade na Líbia, para desalojá-los de seu principal bastião desde princípios de 2015. Na Síria, a ofensiva se intensificou em novembro com a intervenção de forças curdas, fortemente ajudadas pelo poder do fogo dos Estados Unidos e da Rússia.

No Iraque, se desenvolve, desde outubro, uma fortíssima escalada militar para expulsar o EI da estratégica cidade de Mosul, que está sendo destruída. O EI chegou a controlar mais de um terço do território do Iraque, conseguindo tomar posições próximas a Bagdá. O exército iraquiano admitiu que a resistência em Mosul é muito forte, *“depois de semanas de dura batalha rua a rua somente liberamos um terço do lado leste da cidade, aproximadamente um sexto de toda a cidade”*. Estimam que a batalha possa durar muitas semanas, embora tenha sido grande o esforço internacional para aniquilar o EI.

dos do Oriente Médio e de todo o mundo não têm outra via a não ser a de combater o imperialismo e defender a nação oprimida. Fora os Estados Unidos e a Rússia da Síria! Pela unidade anti-imperialista do Oriente Médio! Derrotar a feudal-burguesia árabe! Cumprir as tarefas democráticas como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

A Rússia estaria utilizando tanques de artilharia especiais para disparar mísseis termobáricos (que têm a característica de absorver todo o oxigênio do local onde explodem) para atacar os guerrilheiros dentro da rede de túneis por onde eles se movem, bem como bunkers complexos. Estes tanques já foram reconhecidos em diversas ruas de Mosul. O Reino Unido está utilizando mísseis de cruzeiro Storm Shadow, disparados dos bombardeiros RAF Tornados com capacidade para destruir os bunkers identificados do EI. Estes mísseis de destruição massiva causam um extraordinário dano, mas podem não ser os mais apropriados para combater uma força como o EI em uma cidade como Mosul (tem sido criticado o seu uso por algumas potências nas ações sobre Aleppo na Síria). Ocorre que a ferocidade destrutiva dos atacantes não tem limites.

O exército iraquiano também pede apoio dos bombardeiros com frequência, para cortar os corredores que são utilizados pelos combatentes do EI para levar provimentos para a cidade síria de Raqqa.

Foram estabelecidos 4 campos de refugiados e outros 6 estão em processo de construção para receberem dezenas de milhares de civis que tentam escapar da guerra. As forças aliadas prometem que não haverá represálias sectárias contra a população de Mosul. Mas, uma vez que o EI seja derrotado, estarão dadas as condições para um massacre das populações que apoiaram os jihadistas.

É muito provável que o EI seja finalmente derrotado militarmente pelo imperialismo e que se reconquistem os territórios que haviam sido proclamados como parte do Califado Islâmico, assim como antes foi derrotada a Al-Qaeda. Mas não poderão acabar com a vontade de resistência de um povo que combate todas as formas de intervenção do imperialismo. Os combatentes se dispersam e retomam a luta de outros lugares, com outras formas. O EI foi muito longe, com a conquista de amplos e riquíssimos territórios que têm importância estratégica para o imperialismo. Mas não pode ir mais adiante.

Para os povos oprimidos do Oriente Médio, não há outra saída a não ser que enfrentem de conjunto o imperialismo, superando o sectarismo religioso, que vem sendo utilizado para enfrentar-se uns com os outros, facilitando a presença dominante das potências imperialistas. A sua perspectiva deve ser a de tomar em suas mãos todas as riquezas, expulsando as multinacionais e utilizando os portentosos recursos para o seu próprio desenvolvimento. Para que isto seja possível, é necessário que se ponha de pé uma direção revolucionária, que encarne o programa da Quarta Internacional. Todas as expressões do nacionalismo religioso sempre fracassaram em resolver a questão da libertação do Oriente Médio. Hoje, a decomposição e bancarrota do imperialismo transformou toda a região em um verdadeiro inferno de guerras, destruições, migrações, saques, golpes, repressão e fome, concentrando nessa região as expressões da barbárie.

O IV Congresso do Comitê de Enlace as tarefas da vanguarda na situação

O IV Congresso do Comitê de Enlace, realizado em 11 de novembro, auxiliará na tarefa de impulsionar suas seções nacionais, fortalecer a vanguarda proletária e caminhar no sentido da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. O internacionalismo marxista-leninista-trotskista esteve na base de sua realização.

O Congresso destacou-se fundamentalmente por elaborar a linha política que guiará as seções no objetivo de penetrar no seio do proletariado com o programa da revolução e ditadura proletárias. Os documentos aprovados estabelecem uma clara delimitação com as correntes revisionistas, que se organizam e reúnem em torno a um centro internacional oportunista e sob uma linha política democratizante.

Tal passo foi possível graças à confirmação das teses e prognósticos das resoluções do III Congresso e Conferências nos anos prévios. A elaboração coletiva, a discussão crítica e as correções têm permitido aos poucos que as seções funcionem como um só partido. O IV Congresso eviden-

ciou a necessidade de formar e consolidar uma direção internacional. As massas exploradas e oprimidas estão em rota de colisão com os governos e o intervencionismo imperialista nas semicolônias. O capitalismo entrou em uma nova etapa de decomposição, cujo marco foi a crise que eclodiu em 2008 e que há tempo vinha se potenciando. O IV Congresso avaliou que a tarefa colocada é a de superar a contradição entre as condições objetivas para a transição do capitalismo ao socialismo e o profundo atraso nas condições subjetivas. O IV Congresso deu um importante passo uma vez que assinalou o objetivo de consolidar uma direção internacional coesa programaticamente e centralizada na base do trabalho de formulação e elaboração coletivas das tarefas políticas e organizativas. O presente Boletim do Comitê de Enlace (N° 22) e a publicação das Resoluções no Boletim do CE N° 21 são fruto da compreensão da necessidade de superar a grave crise de direção revolucionária.

Escola de Quadros Internacional

A Escola de Quadros Internacional do IV Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se realizou em 12 de novembro, teve por base o “Projeto de Informe sobre a América Latina”, escrito por Guillermo Lora, em 1977. Esse documento foi votado pelos delegados, no final do IV Congresso, para ser incluído como parte das bases programáticas do CE. É preciso sublinhar que o Projeto de Informe foi elaborado para a III Conferência Trotskista Latino-americana, como parte da luta contra o revisionismo do Programa de Transição e pela reconstrução da IV Internacional.

A importância do documento está em que indica com precisão que a construção dos partidos operários somente pode ser realizada tendo como base o programa internacionalista dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Realizar essa tarefa exige, como assinala Lora, uma clara delimi-

tação política e um ferrenho combate ao nacionalismo burguês e aos desvios da pequena burguesia foquista e democratizante. Trata-se da luta por ajudar aos explorados a romper com o impressionismo e empirismo pequeno-burguês -mais ou menos radical-, de um lado, e com as ilusões sobre a possibilidade de realizar as tarefas democráticas da nação oprimida no marco do capitalismo, de outro. Ao contrário, Lora demonstra que a efetiva solução das tarefas democráticas dos países latino-americanos serão produto da revolução e ditadura proletárias.

Está aí o acerto da Escola de Quadros Internacional em integrar o documento “Projeto de informe sobre a América Latina” como parte de sua constituição teórica, programática e organizativa. De forma que os partidos que se organizam no Comitê de Enlace como seções nacionais de um partido único e centralizado, assumem em sua organização, em seus métodos e táticas de luta esse programa.

70 anos das Teses de Pulacayo

Em 8 de novembro de 1946 foram aprovadas as Teses de Pulacayo, no Congresso Extraordinário da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB). O Boletim do Comitê de Enlace reconhece a importância desse documento aprovado pelos mineiros, que marcou a história do movimento revolucionário boliviano, que se projetou internacionalmente e que mantém a vigência nos aspectos fundamentais. Nesses 70 anos, constatamos que as Teses de Pulacayo também foram um marco na construção do Partido Operário Revolucionário (POR). De um lado, expressa a aplicação do Programa de Transição, ainda que nos limites de um documento apresentado no congresso sindical dos mineiros; de outro, o esforço monumental dos militantes trotskistas em organizar o partido no seio do proletariado. Está aí por que as Teses de Pulacayo tiveram imediata repercussão política no país andino. A oligarquia burguesa, capitaneada por Simon Iturri Patiño, fez uma campanha referindo-se aos perigos que traziam as Teses de Pulacayo. Nos centros mineiros, ao contrário, foram se popularizando como instrumento da luta de classes. A esquerda quase unânime teve de reconhecer a importância do documento para o movimento revolucionário, sem, contudo, deixar de combater duramente o POR.

Destacamos algumas passagens dos escritos de Guillermo Lora sobre o documento.

“As Teses de Pulacayo constituem uma retificação e aprofundamento da própria doutrina trotskista boliviana, que por momentos não teve como escapar da influência da propaganda estalinista divulgada no continente; o negativo, uma vez que os ajustes não puderam ser completos, consistiu em que veio do campo sindical e não propriamente partidário.

Seu maior significado está em que permitiu que a classe em seu conjunto desse um salto adiante, avançando assim em sua consciência, por isso pôde

penetrar significativamente no seio das massas. Se até agora continua vigente, em certas circunstâncias políticas parece que foi mais atual que nunca, se deve a sua correta caracterização do país e a definição do objetivo estratégico válido até que o proletariado tome o poder. Estabeleceu que a tática central é a da estruturação da frente única proletária, nisto consistiu seu erro, corrigido oportunamente pelo Partido Operário Revolucionário, que tanto tem feito para encarnar o verdadeiro papel da frente anti-imperialista.

Seu antecedente imediato se encontra no documento central adotado pelo terceiro congresso da FSTMB (Catavi, março de 1946) e que não é senão um programa transitório que devia direcionar a luta dos trabalhadores. É nesse congresso que a vanguarda operária minoritária denunciou as limitações orgânicas do governo Villarroel, o repudiou e assinalou a ousada perspectiva da luta dirigida à ditadura do proletariado”.

(...)

“A mencionada Teses de Pulacayo se baseiam na teoria da revolução permanente, que não é senão a revelação das leis da revolução proletária nos países atrasados, que hoje se desenvolvem. A classe operária minoritária desde o poder realizará, como dirigente da nação oprimida, uma revolução combinada, isto é, cumprirá plenamente as tarefas democrático-burguesas, para assim poder transformá-las em socialistas, a partir do momento em que o objetivo estratégico é a libertação da opressão e exploração capitalistas, a substituição da grande propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social”. (Extraído das Obras Completas, vol. LII, 1989, Guillermo Lora).

Essas passagens contêm a essência das Teses de Pulacayo e, inclusive, mostram suas limitações. Devemos considerar esse documento como expressão particular do movimento mundial do proletariado, em especial do proletariado latino-americano.

Viva os 70 anos das Teses de Pulacayo!